

A ecologia humana no chapadão matogrossense: Luiz de Castro Faria¹

Heloisa Maria Bertol Domingues (MAST/MCT e PPGH-UNIRIO)

Em agosto de 1946, o antropólogo Luiz de Castro Faria fez uma conferência no Conselho Nacional de Geografia, intitulada *Ecologia das comunidades indígenas do Chapadão Matogrossense*², mostrando a relação antropologia e ecologia, o que este trabalho analisa. Essa conferência baseou-se em dois trabalhos de campo que Castro Faria, havia realizado na região do cerrado de Mato Grosso. O primeiro, foi a conhecida expedição à Serra do Norte, em 1938, chefiada por Claude Lévi-Strauss, da qual resultou *Tristes Trópicos*. Castro Faria, viajou como representante do Museu Nacional e do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, tendo publicado seu diário de campo somente em 2001, com o título *Um outro olhar. Diário da viagem à Serra do Norte, Mato Grosso, 1938*, um livro recheado de belas e instigantes fotografias. A segunda expedição de Castro Faria à mesma região foi em 1941, numa pesquisa sobre os monumentos coloniais, realizada para o IPHAN. Esse trabalho embora tivesse um objetivo histórico, foi também antropológico.

O título da conferência na Sociedade de Geografia remete à linha teórico-metodológica que ele adotou, naquela época: a ecologia humana. Ele era naturalista do Museu Nacional do Rio de Janeiro, desde 1936 onde permaneceu até, praticamente, a sua morte em 2004. Sua opção metodológica ele mesmo evidenciou quando, em 1952, submeteu à Unesco um pedido de bolsa dizendo que seu trabalho seria de ecologia humana; e o tema a ser tratado era a antropologia das comunidades indígenas.

Ecologia Humana era naquela época uma especialidade da antropologia, porém, estava na contramão de outra linha teórica, que buscava filiar a antropologia às ciências sociais separando-a das ciências naturais. A ecologia humana não rompia com as ciências naturais. Assim, percebe-se que havia uma “luta” teórica para fazer desprender a antropologia das suas bases biológicas que cientistas como Castro Faria não viam como obstáculo.

A ecologia humana emergiu em meio a este debate, com forte viés identificado ao darwinismo e à teoria sintética da evolução, que então se afirmava. Conforme chamou a atenção o antropólogo Georges Guille-Escuret, num trabalho intitulado *As sociedades e suas naturezas* (Paris, Armand Colin, 1989), para Darwin não existia o “outro”, havia o indivíduo (o ser vivo) que na natureza se opõe a “todo o resto” e luta, se for preciso, contra “todo o resto”. Nessa definição, ao mesmo tempo simplista e consistente, a dissociação social e natural não se sustenta; foram as ciências e suas especializações que as dissociaram. A ecologia humana não via essa dissociação, considerava a biocenose.

¹ E-mail: heloisa@mast.br

²MAST, Arquivo de História da Ciência, Doc. CFDA 11.06.145.

Segundo ainda Escuret, no período entre guerras, alguns cientistas tentaram abrir brechas no muro que se levantava separando ciências naturais e ciências sociais. Castro Faria, sem dúvida, estava entre eles.

A ecologia para Castro Faria, a despeito de conhecer os estudos de antropologia ecológica que vinham se realizando, alinhou-se deliberadamente ao conceito de ecologia utilizado por Gilberto Freyre (Nordeste), porque, explicou ele, dava-lhe um sentido mais amplo, “que melhor corresponde às pesquisas realizadas entre nós”, ou seja, correspondia às pesquisas dominantes no Museu Nacional, sob a direção de Heloisa Alberto Torres. Fazendo tal opção Castro Faria criticou conceitos de ecologia que separavam espaço físico e espaço social, como o de McKenzie, na *Encyclopedia of the Social Sciences* que restringia o seu estudo aos aspectos simbióticos das instituições humanas. No livro Nordeste, Gilberto Freyre, assinala que a paisagem física da região da Mata pernambucana foi transformada pela cultura canavieira que degradou rios, destruiu florestas, introduziu animais e plantas e, agiu agressiva e militarmente sobre as populações locais e os escravos. Com isso concorreu para suplantiar a cultura local e alterar drasticamente a biodiversidade (Freyre, G. 1989; Andrade, M. C. de, Vozes 2002).

O objetivo de Castro Faria era “o estudo das relações das diversas comunidades entre si e com o meio onde viviam.” Embora assinalando que não era especialista nas diversas áreas das ciências naturais falou com propriedade sobre os aspectos zoogeográficos, geológicos ou fitogeográficos, sublinhando que se interessava, de fato, pelas relações entre os grupos humanos e o meio onde vivem, “tão íntimas no caso dessas comunidades que seria impossível estudar o aspecto social e mesmo o cultural dissociados do quadro natural”. Para ele uma comunidade se definia por: “localização territorial circunscrita; interesses comuns definidos dentro da área circunscrita; unidade funcional, que se revelava pela utilização das mesmas técnicas, dos mesmos processos econômicos, mesmos costumes e estilos de vida social”. Embora fazendo referência a Freyre, essa definição de comunidade era análoga à premissa ecológica de Darwin, para quem, na composição do meio uma espécie divide com outras o mesmo território e condições de vida, ocupando um lugar na “economia da natureza”.

Castro Faria analisou as comunidades do chapadão e do cerrado matogrossense descrevendo os aspectos físicos – geológicos, botânicos, zoológicos – atrelados à história e às tradições culturais. Na paisagem das chapadas despertou-lhe muita atenção as características, digamos, duras da região: “Largos estirões de terra arenosa e profunda, recoberta de vegetação característica e marcada por uma singular monotonia...”. Essa monótona paisagem era quebrada pelas muitas cachoeiras nos rios, “conseqüência da erosão, que acabou por distribuir a fauna da região por espaços diferenciados”. A vegetação do cerrado, xerófila e subxerófila, era tão característica que o fez repetir a representação que fizera o botânico Ernest Ulle: “O cerrado é uma mata em que se pode viajar a cavalo em todas as direções e na qual só se deixa de sentir os raios solares quando se acampa sob a sombra de uma árvore.” Ou seja, as árvores são baixas, ramosas e convulsionadas, protegidas por espessa camada de cortiça.

Naquela paisagem uniforme, o cotidiano das comunidades era marcado pelo clima. A existência de duas estações – verão chuvoso e inverno seco – marcava de certa forma o rito da vida social. Observou que no verão, período em que viajaram pela região, em 1938, o cerrado sofria com o fogo, porém, emendou: -as cinzas eram inteiramente transformadas em substâncias fertilizantes – “Mesmo do mal se pode tirar algum bem!”.

Além da geologia e do clima, analisou a vegetação e a fauna associadas à vida indígena. Sobre as árvores do cerrado, falou daquelas mais aproveitadas pelos índios naquele momento: mangabeira, cumarú, piquiseiro, palmeiras, charravascal etc. Analisou ainda as plantas medicinais a partir de uma lista de 52 plantas feita por Rondon. Dessas destacou: as usadas contra as febres dizendo que a quantidade de espécies usadas revelava a “luta” travada contra o impaludismo, endêmico na região; as quatro usadas para a conjuntivite, eram importantíssimas, pois, “quem atravessou o chapadão matogrossense, convivendo com as populações indígenas e mesmo neo-brasileiras dos lugares mais afastados, sabia muito bem o flagelo que representava a chamada “dor d’olhos”. Uma abelha, pequena e negra (*Meliponia Duckei*), chamada “lambe olho”, era o transmissor. Desenhava, assim, a relação ecológica indo da doença à flora da cura, à fauna do contágio, ao clima que facilitava a transmissão.

Os nambiquaras e parecis usavam “drogas esterilizantes” e também abortivas. Tais práticas tinham fundo religioso, como vaticínios, desrespeito a tabús etc., mas, podia também ser reputado a causas econômicas. Poder-se-ia pensar, disse Castro Faia, que aquelas práticas representassem a “luta contra as adversidades do meio”, contudo, a necessidade de locomoção rápida ou regular e permanente, através de grandes áreas, podiam condenar a existência de prole numerosa. No caso dos Parecis, disse ele, a aridez da região e a hostilidade de outros grupos poderia estimular a prática abortiva, para a qual, também, se valiam das plantas.

Sobre a zoogeografia considerou que a ação devastadora, exercida periodicamente pelos gafanhotos, era “altamente modificadora” dos vegetais. Além disso, analisando alguns mapas Castro Faria concluiu, numa abordagem da seleção natural, que às áreas desérticas do planalto correspondiam exatamente às áreas devastadas pelos gafanhotos (*ortópteros*). Para os índios, principalmente os nambiquaras, na época da escassez, o gafanhoto era animal de caça e representava a salvação; “a devastação, em escala bem menor, é certo, era feita ao inverso ... os gafanhotos eram as vítimas.”

Falou também das aves e da preservação das espécies dizendo que os índios deviam habitar a região desde tempos imemoriais, pois tudo levava a crer que tivessem posto em prática medidas de preservação da espécie, cuja biologia eles conheciam perfeitamente. Contudo, de grande significação para as comunidades da região eram as abelhas (*meliponas*), para quem “o mel representava uma reserva alimentar de primeira ordem”.

Embora vivendo sob as mesmas condições físicas as comunidades se diferenciavam. Os parecís eram agricultores pacíficos, sedentarizados pela posse regular de territórios e

bens privativamente usufruídos pelos possesores; possuíam uma cultura material bem desenvolvida e a vida social e religiosa seguia padrões definidos. Os nambiquaras, que à época da comissão Rondon usavam machados de pedra e utensílios extremamente rústicos, em 1938, vagueavam em bandos, “como simples coletores e caçadores, durante a maior parte do ano, só estacionando por ocasião das chuvas, junto às roças de mandioca, que provavelmente aprenderam a plantar com os seus vizinhos parecis; a organização social era frouxa e muito pouco definidos eram os padrões religiosos”. Concluiu então, que o meio não era determinante, ou seja, o pretendido equilíbrio ecológico era quimera. Refutou, como Darwin, a ideia de determinismo geográfico e de perfeita adaptação do homem ao meio.

Discutiu o quadro físico e social do cerrado e depois de fazer um apanhado crítico do que escreveram os “cronistas” do século XVIII, Castro Faria disse que se antigos cronistas tinham deixado pensar que havia um equilíbrio ecológico-social, os fatos levantados mais tarde os contestavam vivamente. -“Se existente, o citado equilíbrio representaria um magnífico exemplo de ajustamento econômico de comunidades indígenas bastante densas a condições mesológicas praticamente adversas.”

Essa conferência, como os trabalhos que Castro Faria vinha realizando inseria-se na tradição do Museu Nacional, onde, naqueles anos, de meados do século XX, a ecologia [humana] perpassou as suas especialidades científicas. Essa visão teórica não obedeceu, até anos bem mais recentes (os anos 1960) – enquanto perdurou a influência de Heloisa Alberto Torres - , a distinção ciências sociais e ciências naturais. A partir da criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, em 1968, criado com a ajuda e anuência de Castro Faria, sua prática antropológica entrou na contramão. Ele era o “ETnólogo”, conforme o rotularam carinhosamente Afranio Garcia e Gustavo Sorá, falando dos seus cursos, na apresentação do seu livro, sobre Oliveira Viana (2003). Estavam rompidos os laços entre as ciências sociais e as ciências naturais, na instituição.